



Prezad@s Associad@s:

No próximo dia 26 de junho de 2017, a AASPTJ-SP realizará eleições para sua Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, importante oportunidade para reflexão e expressão das expectativas d@s associad@s, ativ@s e aposentad@s.

Em mais de vinte anos de existência, a Associação tem feito inúmeros enfrentamentos em defesa dos direitos e representação de interesses profissionais de Assistentes Sociais e Psicólog@s do Tribunal de Justiça. Vale destacar aqui suas lutas coletivas e conquistas, como a carga horária de 30 horas d@s psicólog@s, o Instituto da Remoção e o Adicional de Qualificação (em conjunto com as demais entidades do Judiciário), a aprovação do PL 06/2013 (criação de mais cargos de assistentes sociais e psicólog@s), o Concurso Público para Serviço Social e Psicologia em curso, entre muitas outras exitosas ações.

A chapa 1 "Junt@s somos mais fortes" se caracteriza pela pluralidade, reunindo Assistentes Sociais e Psicólog@s da capital e do interior, dotad@s de diferentes experiências profissionais, pessoais e de militância, adquiridas dentro e fora do Tribunal de Justiça. Est@s profissionais acreditam na importância que a AASPTJ-SP possui para a categoria na defesa de seus direitos, assim como na defesa de uma sociedade democrática e igualitária.

Consideramos que, para além das experiências individuais, o êxito de uma gestão associativa decorre de uma relação de diálogo aberto e troca horizontal com @s associad@s, visando ao alinhamento de métodos e ações que preservem as grandes conquistas já alcançadas e avancem em outras frentes pautadas pelo coletivo, sem se descuidar das especificidades de cada profissão.

É nessa perspectiva que acreditamos que, no momento histórico que vivemos em nosso país, somente poderemos resistir e continuar avançando na defesa dos nossos direitos se nos mantivermos unidos e organizados para a luta coletiva.

Seguem abaixo as nossas propostas de atuação. Contamos com o apoio de todos e todas para debatê-las, aprofundá-las e implementá-las no decorrer da gestão. Vote Chapa 1!

Desde já agradecemos a sua confiança e nos colocamos sempre à disposição, pois Junt@s somos mais fortes!

Siga-nos no Facebook: Chapa 1 - Aasptj-Sp e envie dúvidas e sugestões pelo e-mail: chapa1.aasptjsp@gmail.com.



PROPOSTAS

1 – RELACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO COM @ ASSOCIAD@

- Acolher as demandas d@ associad@ de maneira coordenada, pela Diretoria, garantindo a atenção devida, o encaminhamento efetivo e eficaz às áreas competentes, assegurando informação e acompanhamento pel@ interessad@;
- Emprego de tecnologias de comunicação que ampliem e aprimorem a interlocução com @ associad@, potencializando a escuta, o encaminhamento e a resolução das demandas;
- Estabelecer agenda de encontros com @s técnic@s do interior para a articulação de ações que possibilitem o fortalecimento da atuação profissional, levando em conta as especificidades dos diferentes locais de trabalho;
- Mapear as demandas regionais a partir dos contatos com associad@s e realizar reuniões permanentes com @s representantes da Capital e do interior;
- Garantir escuta, acolhimento e levantamento dos interesses e demandas d@s associad@s aposentad@s, visando a ações e atividades voltadas aos seus interesses;
- Criar e divulgar material online com as normativas relativas à prática d@s profissionais de Serviço Social e Psicologia do Judiciário, para acesso pelo site da Associação;
- Buscar continuamente a ampliação do quadro de associados e do grupo de representantes.

2 – VALORIZAÇÃO SALARIAL

- Negociar o reconhecimento da nossa função de assessoria nas decisões judiciais, reivindicando o pagamento de gratificação correspondente à de Assistente Judiciário, sem prejuízo das negociações atualmente em curso junto ao TJ;
- Intensificar a luta, em articulação com outras entidades do Judiciário, para a reposição das perdas salariais;
- Acompanhar a formulação do orçamento anual do TJ visando a garantir a devida valorização salarial.

3 – ARTICULAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES

- Avançar na articulação com outros movimentos do Judiciário, pelo aumento do auxílio saúde para ativ@s e aposentad@s e pela garantia do direito amplo de remoção d@s profissionais;



- Articular com o Núcleo de Apoio Profissional de Serviço Social e Psicologia e outros órgãos do TJ pelo acesso ao lugar de planejamento e coordenação de políticas de atendimentos nas diferentes áreas nas quais atuam @s profissionais;
- Estabelecer parcerias com Universidades e outros órgãos educacionais para formação e capacitação profissional, por meio de cursos, produção de pesquisas e outros indicadores;
- Articular com órgãos da Defensoria Pública e do Ministério Público visando a fortalecer o Serviço Social e a Psicologia no Sistema de Justiça, para assegurar os direitos fundamentais e humanos da população atendida.
- Articular com o Núcleo de Apoio Profissional de Serviço Social e Psicologia e Conselhos de Classe para análise dos dispositivos internos (Provimentos, Resoluções, Pareceres, entre outros) que regulamentam a atuação d@s assistentes sociais e psicólog@s no TJ, visando à atualização e adequação das atribuições funcionais frente às demandas decorrentes da promulgação de leis e normativas voltadas ao atendimento da população no campo sociojurídico;
- Articular com outras associações para a valorização IAMSPE e exigir que o Estado dê a sua contrapartida que está prevista em Lei.

4 - CONDIÇÕES DE TRABALHO

- Realizar pesquisa sobre as condições de trabalho d@s assistentes sociais e psicólog@s do TJ para conhecimento da realidade de cada posto de trabalho e planejamento, em parceria com @s técnic@s, de estratégias de diálogo com as autoridades competentes, como: Presidência do TJ, Juiz Diretor do Fórum, Setor de Recursos Humanos e outros, buscando a promoção das melhorias necessárias;
- Avançar no diálogo com o TJ a fim de garantir a autonomia d@s profissionais em relação ao “depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência” e às demais práticas que a categoria exerce;
- Produzir material de orientação com as normativas dos órgãos de classe d@s assistentes sociais e psicólog@s, para embasar a interlocução com a Corregedoria Geral, a Coordenadoria da Infância e Juventude e outros órgãos do TJ, a fim de assegurar que as condições de trabalho atendam aos princípios éticos e técnicos de cada profissão.

5 – CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

- Criar Departamento de Cursos e Eventos d@s assistentes sociais e psicólog@s, com as seguintes funções:
Mapear os temas de interesse d@s associad@s;



Captar receitas para a implementação de suas atividades;

Buscar parcerias com Universidades para a realização de cursos;

Elaborar eventos que discutam processos de trabalho diante da judicialização da vida;

Realizar seminários que discutam a práxis profissional e instrumentalizem a prática de psicólog@s e assistentes sociais;

Realizar eventos para discutir como as condições de desigualdade social, raça e gênero atravessam a construção da identidade dos indivíduos, com vistas a instrumentalizar @s profissionais para que a prática não reproduza a culpabilização de indivíduos atendidos que sofrem os desdobramentos das questões sociais;

Dar continuidade à oferta de prêmios que visem a incentivar a produção científica e valorizar e dar visibilidade ao trabalho d@s assistentes sociais e psicólog@s no Judiciário;

Dar visibilidade ao trabalho d@s técnic@s dentro do TJ e na sociedade por meio demonstra que exponha as práticas d@s profissionais.

6 - PARTICIPAÇÃO E ARTICULAÇÃO NAS QUESTÕES JURÍDICAS E LEGISLATIVAS

- Atuar no acompanhamento e na articulação de Projetos de Lei relacionados à prática profissional d@s assistentes sociais e psicólog@s do TJ;

- Assegurar que a assessoria jurídica da AASPTJ-SP se fortaleça, garantido a ampla defesa dos direitos d@s profissionais;

- Continuar realizando as rodas de conversa com @s assistentes sociais e psicólog@s excluídos do SPPREV e acompanhar as ações judiciais em andamento relativas a ess@s profissionais.

7 – MOBILIZAÇÃO SOCIAL

- Criar estratégias para assegurar a mobilização da categoria para as lutas coletivas.



Ana Paula Hachich de Souza, CRP 06/74.115.

Psicóloga Judiciária no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Especialista em Psicologia Clínica e Psicologia Jurídica. Membro do Núcleo da Justiça do Conselho Regional de Psicologia – SP (CRP-SP) na gestão 2013-2016. Membro da comissão gestora da Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira do Conselho Regional de Psicologia – SP (CRP-SP) de setembro de 2013 a março de 2015.

Bruno de Castro Santos Motta, CRP 06/94.865.

Psicólogo Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, chefe do Setor de Psicologia no Fórum de Itaquera, com histórico de atuação em projetos sociais. Membro do Núcleo de Justiça do Conselho Regional de Psicologia – SP (CRP-SP).



Maria Cristina Costa Vallim, CRESS 22.681.

Assistente Social Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, coordenadora do Grupo de Estudos de Acolhimento Institucional do TJSP em 2009 e 2010, bacharel em Direito.

Eduardo Campos A. Neves, CRP 06/50.447.

Psicólogo Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Especialista em psicoterapia de adultos e adolescentes, mestre em Psicologia pela USP (2001), atuou como professor em cursos de graduação e pós-graduação na UNOESTE (Presidente Prudente) e na UNINOVE (SP). Membro representante da AASPTJ-SP no Núcleo Justiça do Conselho Regional de Psicologia – SP (CRP-SP). Primeiro Tesoureiro da AASPTJ-SP na gestão 2013-2017.

Elaine Cristina Major Pavanelo, CRESS 26.232.

Assistente Social Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Promotora Legal Popular desde 1999, pós-graduada na área de educação, cultura e lazer.

Giseli F. Assoni, CRP 06/72.980.

Psicóloga Judiciária no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes. Especialista em Psicologia Clínica. Membro da Comissão Gestora da Subsede de Campinas do Conselho Regional de Psicologia – SP (CRP-SP) na gestão 2013/2016. Membro do Núcleo de Justiça do Conselho Regional de Psicologia – SP (CRP-SP).

Katiuscia Cristina Pereira, CRESS 35.299

Assistente Social Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Pós-graduada em Atendimento Integral à Família pela Universidade Veiga de Almeida e Instituto Aleixo. Suplente de representante na atual gestão da AASPTJ-SP.

Luciana de Mattos Dias, CRP 06/120.098

Psicóloga Judiciária no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Especialista em Psicomotricidade e mestre em Artes. Ampla experiência no terceiro setor (ONGs) em projetos sociais voltados a crianças e adolescentes, bem como na área de formação continuada de educadores.



Maíla Rezende Vilela Luiz, CRESS 42.286

Assistente Social Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Mestre em Serviço Social pela PUC/SP. Especialista em Planejamento e Administração em Programas e Projetos Sociais pela Universidade Gama Filho/RJ. Membro do Conselho Fiscal da AASPTJ/SP na gestão 2013/2016. Secretária Geral da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Área Sociojurídica do Brasil - AASP-Brasil, na gestão 2014/2018.

Maria Lucia de Souza, CRESS 17.572.

Assistente Social Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Bacharel em Direito, com curso de formação em Psicanálise dos Vínculos Sociais. Pós-graduada em Saúde Pública e especialista em Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes. Pós-graduanda em Direito Processual Civil.

Robson Luis Da Silva Martins, CRESS 45.136.

Assistente Social Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Especialista em Gestão de política social e trabalho social com famílias. Experiência na área de saúde mental, foi conselheiro de saúde de Adamantina e professor do curso de Serviço Social de 2014 a 2016. Atuou no Movimento Comunitário de Tupã.

